



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanco Patrimonial

companhia paulista
DE PARCERIAS

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração - Companhia Paulista de Parcerias - CPP - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

1. Apresentação
A Administração da Companhia Paulista de Parcerias - CPP apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em atendimento aos artigos 133 e 176 da Lei nº 6.404/1976 e às disposições aplicáveis às empresas estatais previstas na Lei nº 13.303/2016.

O presente relatório acompanha as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, contendo a exposição dos principais fatos administrativos do exercício, o desempenho econômico-financeiro da Companhia, informações sobre governança e controles internos, bem como os aspectos relevantes relacionados à sua atuação institucional.

2. Identificação e Objeto Social
A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de São Paulo, instituída pela Lei Estadual nº 11.688/2004, regida pela Lei nº 6.404/1976 e pela Lei nº 13.303/2016.

A CPP atua desde 2004 como importante instrumento de viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado.

No exercício de 2025, suas ações concentraram-se no apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP instituído pelo Decreto nº 67.443, de 11 de janeiro de 2023, por meio da prestação de serviços de gestão de projetos e apoio técnico à Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, sua atual pasta tutelar, voltados à avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura, as modelagens econômico-financeiras de processos de concessão, bem como à prestação de garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado.

3. Detalhamento das atividades operacionais:
(i) **Estruturação de projetos**
No exercício de 2025, a CPP atuou na estruturação técnica e no apoio à implementação de projetos de concessões e parcerias público-privadas integrantes da política estadual de parcerias, desempenhando atribuições voltadas à organização, coordenação e acompanhamento das iniciativas destinadas à ampliação da infraestrutura e à melhoria da prestação de serviços públicos. A atuação técnica desenvolveu compreendeu todas as etapas inerentes ao ciclo de estruturação - desde os estudos iniciais de viabilidade técnica, econômica e jurídica, passando pela modelagem e pelas fases de consulta e audiência pública, até o encaminhamento dos projetos para o procedimento licitatório. No período, foram realizadas 11 consultas públicas, 43 audiências públicas distribuídas em 23 municípios, 5 publicações de editais, 4 leilões e 5 celebrações contratuais. Os projetos estruturados resultaram em investimentos contratados estimados em aproximadamente R\$ 29,4 bilhões em investimentos (Capex), evidenciando o relevante impacto econômico e social das iniciativas conduzidas no âmbito da política estadual de parcerias.

O portfólio de projetos em estruturação abrange iniciativas em distintos setores estratégicos. No segmento de infraestrutura de transportes, destacam-se projetos nas áreas rodoviária (Túnel Santos-Guarujá, Lote Nova Raposo, Rota Sorocabana, Lote Paranapanema, Rota Mogiana e Circuito das Águas), ferroviária metropolitana (Lote Alto Tietê e Lote ABC-Guarulhos), de mobilidade urbana sobre trilhos (VLT Campinas, VLT Sorocaba e Linha 16-Voltada) e de travessias aquáticas. Nos setores de recursos hídricos e meio ambiente, encontram-se em desenvolvimento projetos de drenagem e segurança hídrica, saneamento, gestão de resíduos sólidos e gestão de parques naturais. Na área social e urbana, prosseguem projetos de manutenção escolar, Centro Administrativo Campos Eliseos, Estrada de Ferro Campos do Jordão, gestão de parques urbanos, habitação, pálios veiculares, entre outros.

Quanto aos leilões realizados no exercício, a CPP atuou em conjunto com a Secretaria de Parcerias em Investimentos e o Governo do Estado de São Paulo na realização e conclusão de quatro certames. Em março, foi leiloado o Lote Alto Tietê - Linhas 11, 12 e 13, concessão de 25 anos e investimentos previstos de aproximadamente R\$ 14,3 bilhões. Em setembro, foram realizados os leilões do Túnel Santos-Guarujá, PPP com investimentos estimados em R\$ 6,8 bilhões em 30 anos, e do Lote Paranapanema, PPP com investimentos estimados de R\$ 5,8 bilhões em 30 anos. Por fim, em novembro, realizou-se o leilão das Travessias Hídricas, PPP com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões em 20 anos.

(ii) **Gestão de Garantias**
A CPP exerce função relevante na prestação de garantias vinculadas a contratos de concessão e parcerias

público-privadas. Ao final do exercício de 2025, o montante total de garantias prestadas alcançou aproximadamente R\$ 1.938 milhões, distribuídos entre garantias constituídas por penhor de cotas de fundos de investimento (R\$ 1.614) e garantias prestadas sob a forma de fiança (R\$ 324), todas vinculadas a contratos específicos, formalmente registrados, observadas as deliberações societárias e os limites legais aplicáveis.

Nesse contexto, registra-se que os ativos de titularidade da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, atingiram o montante de R\$ 2.192 milhões, valor considerado suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos nas garantias prestadas, bem como para suportar os custos e despesas de natureza operacional e tributária.

4. Desempenho Econômico-Financeiro
As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com o Normas contábeis aplicáveis às sociedades por ações.

No exercício foram apurados:

- Receita Operacional Líquida: R\$ 83,42 milhões;
- Custos dos serviços prestados: R\$ 81,63 milhões;
- Resultado Financeiro Líquido: R\$ 263,3 milhões;
- Lucro Líquido: R\$ 220,71 milhões.

O lucro líquido contábil apurado em 2025 foi 23,4% maior quando comparado com o lucro líquido contábil apurado em 2024. A elevação da taxa Selic, conjugada ao crescimento da Receita Operacional decorrente da maior participação da Companhia na estruturação de projetos de concessão e PPP, propiciou tal crescimento de resultados. As variações patrimoniais e o resultado do exercício encontram-se detalhados nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

5. Governança Corporativa e Controles Internos
A estrutura de governança da Companhia em 2025 é composta por: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal.

No exercício de 2025 foram mantidos os mecanismos de controles internos e de gestão de riscos compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas.

Foram adotadas medidas de aprimoramento normativo interno, incluindo atualização de políticas administrativas e fortalecimento do sistema de gestão de riscos.

A Companhia manteve canal formal de ouvidoria e realizou ações de orientação relacionadas ao Código de Conduta e Integridade.

Em 23 de julho de 2025 foi publicada a Lei nº 15.177/2025, que alterou a Lei 13.303/2016, a qual estabeleceu reserva mínima de participação feminina nos Conselhos de Administração de empresas públicas e sociedades de economia mista, e introduziu obrigações de divulgação sobre equidade de gênero. A Companhia observará os percentuais progressivos previstos na referida Lei nas eleições subsequentes à sua vigência e encontra-se em fase de adequação da política interna correspondente.

6. Conclusão
O exercício de 2025 foi marcado por intensa atividade institucional da Companhia. No apoio ao Programa de Parcerias, destacou-se o expressivo incremento de projetos estruturados em relação ao exercício anterior, evidenciando a relevância crescente da CPP como instrumento de viabilização das políticas públicas de infraestrutura do Estado de São Paulo.

A Companhia manteve, ao longo do exercício, estrutura patrimonial equilibrada e desempenho operacional compatível com seu objeto social.

A Administração declara que as informações constantes neste Relatório refletem, de forma fidedigna, os principais fatos administrativos do exercício, observadas as disposições legais aplicáveis.

São Paulo, 13 de março de 2026
EDGARD BENOZZATI NETO - Diretor-Presidente
AUGUSTO ALMUDIN - Diretor de Assuntos Corporativos
DAVID POLESSI DE MORAES - Diretor Econômico-Financeiro

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

Ativo	Notas Explicativas		Passivo e Patrimônio Líquido		Notas Explicativas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	917.207.378	965.254.515	Circulante	501.985.129	145.271.361	
Caixa e Equivalentes de Caixa	492.534.116	749.683.548	Fornecedores	15	4.948.408	3.606.399
Bancos	357.200	344	Obrigações Tributárias	16	4.276.052	3.727.349
Aplicações Financeiras	492.176.916	749.683.564	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	2.136.580	1.790.962
Direitos Realizáveis	81.136.587	115.570.607	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	17	146.139.453	135.692.620
Clientes	18.181.496	19.370.743	Provisões para Contingências Fiscais	11	947.963	454.031
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	414.900	3.698.766	Gestão de Contas sob Administração CPP	10	343.536.673	
Adiantamento a Funcionários	23.638	5.295	Patrimônio Líquido	18	2.033.489.566	1.993.027.973
Clientes	25.290.758	49.162.390	Capital Social	18.1	1.539.619.815	1.539.619.815
Garantias com Contratos - Serviços em Andamento	37.169.317	43.175.707	Reserva Legal	18.2	129.115.473	118.079.803
Outros Créditos	32	32	Reserva de Lucro a Realizar	18.3	301.216.009	301.216.009
Despesas Antecipadas	56.390	157.756	Lucros ou Prejuízos Acumulados	18.4	63.538.269	34.112.346
Gestão de Contas sob Administração CPP	343.536.673					
Não Circulante	1.618.267.319	1.273.044.819				
Realizável a Longo Prazo	1.618.097.273	1.273.024.530				
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	7	394.572				
Depósitos Judiciais	11	3.799.371				
Investimentos	12	1.614.297.902				
Imobilizado	13	126.600				
Intangível	14	43.493				
Total do Ativo	2.535.474.695	2.138.299.334	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.535.474.695	2.138.299.334	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

Notas Explicativas	31/12/2025		31/12/2024	
Receita Operacional Líquida	19	83.424.460	21.610.201	
Custo dos Serviços Prestados	19.1	(81.630.736)	(19.460.920)	
Lucro (Prejuízo) Bruto	1.793.754	2.149.275		
Honorários de administradores e salários	20	(3.585.775)	(3.570.902)	
Publicação Legal	21	(309.139)	(207.290)	
Serviços de terceiros	20	(381.496)	(274.961)	
Despesas Gerais e Administrativas		(679.274)	(269.503)	
Despesas Tributárias	22	(33.279)	(17.790)	
Depreciação/Amortização		(13.892)	(2.407)	
Outras Despesas Operacionais (Contingências)	11	(449.577)	—	
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(3.658.638)	(2.193.538)		
Receitas Financeiras		276.209.041	213.425.106	
Despesas Financeiras		(47.585)	(41.009)	
Impostos e contribuições Recotas Financeiras		(12.828.833)	(9.922.180)	
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		8.247	4.910	
Resultado Financeiro, líquido	23	263.340.870	203.466.828	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23	259.682.232	201.273.290	
Imposto de Renda		(28.647.206)	(16.560.720)	
Contribuição Social sobre o Lucro		(10.321.634)	(5.970.499)	
Apuração de Tributos	24	(38.968.840)	(22.531.219)	
Lucro Líquido do Exercício	24	220.713.392	178.742.070	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		143,36	116,09	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

Notas Explicativas	2025		2024	
Lucro Líquido do Período		220.713.392		178.742.070
Resultado Abrangente do Período		220.713.392		178.742.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em unidades de reais R\$)

Notas Explicativas	Capital Integrado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos)	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros acumulados		
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	1.539.619.815	109.142.700	354.260.171	—	2.003.022.686
Lucro líquido do período		8.937.103	178.742.070	(8.937.103)	178.742.070
Constituição de Reserva Legal		(53.044.162)	—	—	(53.044.162)
Distribuição de lucros de 2023		—	—	—	—
Destinações na Forma de Juros sobre Capital Próprio:					
Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	17	—	—	(135.692.621)	(135.692.621)
Transferência para Reserva de Lucros		—	—	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	1.539.619.815	118.079.803	301.216.009	—	1.938.915.627
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	1.539.619.815	118.079.803	301.216.009	—	1.938.915.627
Lucro líquido do período		11.035.670	—	—	11.035.670
Constituição de Reserva Legal		—	—	—	—
Distribuição de lucros de 2024	17	—	—	(34.112.346)	(34.112.346)
Destinações na Forma de Juros sobre Capital Próprio:					
Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	17	—	—	(146.139.453)	(146.139.453)
Transferência para Reserva de Lucros		—	—	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	1.539.619.815	129.115.473	301.216.009	—	2.033.948.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

Notas Explicativas	31/12/2025		31/12/2024	
Atividades Operacionais		220.713.392		178.742.070
Lucro líquido do período		220.713.392		178.742.070
Ajustes por:				
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (referente a investimentos em garantias)	12.2	(199.468.399)	(125.062.256)	
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	7	394.572	(26.171)	
Variação monetária ativa de depósitos judiciais	11	(335.394)	(259.773)	
Variação monetária passiva de contingências judiciais		493.931	34.048	
Depreciação	13	9.109	2.406	
Amortização	14	4.754	—	
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado		21.811.965	53.430.324	
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber	6	1.189.245	(19.370.743)	
(Aumento) Redução em Recebíveis	7	3.283.867	16.693.361	
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(18.343)	1.113	
(Aumento) Redução em Adiantamento a Terceiros		—	—	
(Aumento) Redução em Lucros ou Prejuízos Acumulados	8	23.871.550	3.381.809	
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		101.366	(47.756)	
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	9	6.006.336	(34.544.779)	
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	12	47.965.111	18.587.112	
Aumento (Redução) em Fornecedores	15	1.342.010	3.470.373	
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		—	(14.801)	
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	16	548.703	2.942.066	
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		345.618	477.462	
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		84.635.463	(8.424.783)	
Fluxo Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		106.447.428	45.005.541	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		—	—	
Aquisição de Imobilizado	13	(115.420)	(349)	
Aquisição de Intangível	14	(48.200)	—	
Baixa de Investimentos		—	24.500	
Constituição de Novas Garantias - Contrato Litoral Paulista	12.2.8	(193.628.634)	—	
Fluxo Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos		(193.792.254)	24.151	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		—	—	
Integralização de Capital		—	—	
Pagamento de Dividendos com Lucro Exercício Anterior	17	(34.112.346)	—	
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio/Dividendos		(135.692.620)	(188.967.896)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos		(169.804.966)	(188.967.896)	
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(63.086.838)	(143.938.204)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	749.683.908	893.622.112	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		492.534.116	749.683.908	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Balanco Patrimonial

*continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCEIRIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. **Contexto Operacional:** A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11.638/07), pela Lei Federal nº 13.303/16 e pela Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP atua desde 2004 como importante instrumento de viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado. 1.1. **Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pela Administração e tiveram sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada da Companhia Paulista de Parcerias - CPP.

2. **Base de Preparação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), alterada pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e pela Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatúas). Adicionalmente, foram observadas as normas e orientações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC. Esses pronunciamentos foram desenvolvidos a partir das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assegurando a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais. 2.1. **Base de preparação:** 2.1.1. **Metodologia e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis é o Real (R\$) e está expressas em unidades de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.2. **Fluxo de Caixa:** A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução CFC nº 1.055/2005 e alterações posteriores. Os termos utilizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa são definidos da seguinte forma: • **Atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Companhia, bem como a outras atividades que não se enquadram como de investimento ou de financiamento. • **Atividades de investimento:** correspondem às aquisições e baixas de ativos não circulantes, além de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa. • **Atividades de financiamento:** englobam as transações que resultam em mudanças na composição do patrimônio, empréstimos e financiamentos.

3. **Principais Práticas Contábeis:** Esta nota apresenta as principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, com o propósito de assegurar transparência, uniformidade e comparabilidade das informações financeiras divulgadas, em conformidade com os princípios e normas contábeis vigentes. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na legislação societária brasileira, nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme aplicáveis às empresas estatais não dependentes. 3.1. **Auração do Resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, contemplando todas as receitas, custos e despesas incorridos no período, independentemente do seu pagamento ou recebimento. 3.2. **Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realizabilidade ocorrer em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Aquela cuja realização ou exigibilidade ocorrer em prazo superior a 12 meses são classificados como não circulantes. 3.3. **Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável, e do reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados conforme sua classificação: ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes. 3.4. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem o caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em moeda e aplicáveis em condições de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. 3.5. **Gastos com Contratos e Investimentos:** Os gastos diretamente relacionados à estruturação, elaboração ou acompanhamento de contratos vinculados a projetos são capitalizados quando atendem aos critérios de ativo, especialmente quando associados à geração de benefícios econômicos futuros. Demais gastos de natureza operacional ou administrativa são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que foram incorridos. 3.6. **Créditos Tributários:** Compreendem valores a recuperar de tributos retidos ou pagos a maior, tais como IRRF, CSLL, PIS e COFINS. Os créditos são registrados quando há expectativa de sua realização mediante compensação ou restituição. 3.7. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e calculado pelo método pelo custo linear, com base na vida útil estimada dos bens, conforme especificado por tipo de ativo. 3.8. **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (método linear). A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada no período de vigência dos direitos contratuais, conforme especificado por tipo de ativo. 3.9. **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, cuja liquidação seja considerada provável e possa resultar em saída de recursos, desde que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são, portanto, passivos de provável ocorrência. Ativos e passivos contingentes não são registrados nas demonstrações contábeis. Os passivos contingentes devem ser divulgados em notas explicativas sempre que houver possibilidade de perda. Já os ativos contingentes são divulgados apenas quando a realização de benefícios econômicos futuros se tornar provável. 3.10. **Receita de Serviços:** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas conforme o método de execução das atividades, seja em medições físicas ou financeiras realizadas, de acordo com o regime de competência. 3.11. **Custos de Serviços Prestados:** Compreendem os custos diretamente atribuíveis à prestação de serviços, incluindo gastos com pessoal alocado por projeto, encargos e despesas operacionais vinculadas à execução contratual. 3.12. **Gestão de Contas sob Administração CPP:** A CPP foi contratada, em 13/08/2025, para operacionalizar a movimentação de recursos decorrentes de multas (Artigo 209-A do CTB) no âmbito do Sistema Free Flow. Os valores correspondentes a esse projeto são mantidos em contas bancárias vinculadas com movimentação restrita, conforme disposições contratuais. Por se tratar de recursos exclusivos de terceiros, nos quais a CPP não detém o controle operacional, os fluxos de caixa nem assumem riscos ou benefícios econômicos, são reconhecidos de forma segregada no Balanço Patrimonial, com registro simultâneo no ativo (disponibilidades vinculadas) e no passivo (obrigações por contas sob administração). Essa sistemática evidencia a neutralidade patrimonial da Companhia, não havendo impacto no resultado do exercício. 3.13. **Redução do Valor Recuperável e Recuperação de Ativos (Impairment):** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil dos seus ativos para verificar a existência de perdas não recuperáveis. Quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização. 3.14. **Benefícios a Empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados, tais como assistência médica, vales e auxílios, são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego. 3.15. **Eventos Subsequentes:** Eventos ocorridos após a data das demonstrações contábeis que forneçam evidências adicionais sobre condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações. Eventos que indicam condições surgidas após essa data são divulgados em nota explicativa, quando relevantes.

4. **Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados, para fins de mensuração e divulgação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, em: • **Valor Justo por Resultado (VJR):** Custo Amortizado - Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA). A mensuração ocorre com base no objeto negociado da Companhia em relação à gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os passivos financeiros são, em sua totalidade, mensurados ao custo amortizado. Os valores registrados aproximam-se de seus respectivos valores de mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	492.534.116	749.683.908
Clientes	VJ, Custo Amortizado	18.181.496	19.370.743
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	414.900	4.093.339
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	37.169.371	43.176.707
Investimentos - Participação Societária	Custo Amortizado, VJORA	80.537	80.538
Investimentos - Garantias Constituídas	VJR	1.614.217.365	1.269.085.443
		2.162.597.787	2.085.489.678
Passivos financeiros:			
Fornecedores	Custo Amortizado	4.948.408	3.606.399
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	146.139.453	135.692.620
		151.087.861	139.299.018

5. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** As aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em fundos com liquidez imediata e depósitos a prazo, com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Essas aplicações são registradas ao valor justo, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de encerramento do período. A composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Banco 204		
Aplicações Financeiras	492.176.910	749.683.564
CPP Projetos	449.024.438	710.636.903
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	43.152.478	39.046.661
	492.534.116	749.683.908

6. **Clientes:** Os créditos registrados como contas a receber referem-se às operações de prestação de serviços realizadas pela Companhia, decorrentes de contratos firmados com a Secretária de Parcerias em Investimentos, no âmbito de projetos de estruturação, bem como dos serviços de garantia contratados. Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, registrados pelo valor nominal das contraprestações pactuadas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	18.181.498	19.370.743
Cessão de Recebíveis - Desenvolve SP: A Companhia mantém saldo a receber decorrente de contrato de cessão onerosa firmado em 25 de junho de 2021 com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, parte relacionada. O contrato envolveu a transferência irrevogável e irretroativa de créditos originados de financiamentos celebrados por duas Companhias. Os contratos são cedidos aos municípios, transferidos regularmente pelo Governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira da cessão ocorreu em 12 de julho de 2021, no valor de R\$ 78.824.614. A movimentação dos recebíveis entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:		

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2024	Recebimentos 31/12/2024	Recursos Transf. 31/12/2024	Saldo 31/12/2025
Curto Prazo	3.998.795	(3.740.882)	62.443	114.900
Longo Prazo	394.572	-	(394.572)	-
Total da Carteira	4.093.338	(3.740.882)	62.443	414.900

8. **Impostos e Contribuições a Recuperar:** Os créditos tributários da Companhia referem-se a valores de IRPJ, CSLL e outros tributos passíveis de compensação ou restituição junto à Receita Federal. Esses créditos incluem:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a restituir	17.757.136	-
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	-	919.672
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	7.531.917	47.284.298
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	-	-
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	-	-
Outros Valores a Recuperar	1.705	958.338
Total	25.290.758	49.162.306

9. **Gastos com Contratos - Serviços em Andamento:** A Companhia atua na estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas, atividade que demanda a contratação de serviços especializados e a utilização de equipe própria, com rateio de custos com base nas horas dedicadas a cada projeto. Os valores incorridos diretamente relacionados à execução dos contratos permanecem registrados no ativo "Gastos com Contratos - Serviços em Andamento", sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da correspondente receita, em contraprestação. A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis é o Real (R\$) e está expressa em unidades de reais, exceto quando indicado de outra forma. A seguir, apresenta-se a posição contábil dos serviços em andamento:

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recarramento dos Produtos Executados	31.402.276	37.935.591
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	5.767.095	5.240.316
Taxa Gerencial - Custos de Contratos em Andamento	378.371	43.175.707
Total	37.547.742	48.351.614

10. **Gestão de Contas sob Administração CPP:** 10.1. **Natureza da Operação:** A Companhia foi contratada, em 13 de agosto de 2025, para operacionalizar a movimentação de recursos decorrentes de multas de trânsito (Artigo 209-A do CTB) no âmbito do Sistema Free Flow, atuando como coordenadora operacional dos fluxos vinculados a essas operações e dos direitos decorrentes de tais recursos. Fora estabelecido mecanismo de segregação financeira estruturado em cadeia, as movimentações são realizadas de forma exclusiva e autônoma pelo Banco Depositário, por meio de contas específicas vinculadas à operação ("Conta Free Flow" e "Conta Reserva"), sem que haja ingerência ou apropriação de recursos por parte da CPP. A seguir, apresenta-se a posição contábil da conta Gestão de Contas sob Administração CPP:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em Contas sob Administração CPP - Free Flow	343.536.673	343.536.673
11. Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências Fiscais: A Companhia possui Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182, movida pela União Federal, referente à cobrança dos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ. A exigência tem origem em compensações não homologadas de créditos tributários relativos ao saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2009. Fora parcelas de seus direitos, a Companhia ingressou com ação anulatória de crédito tributário, alegando que os valores exigidos foram devidamente quitados. Como garantia da execução fiscal, foram realizados depósitos judiciais em 31 de maio de 2021, no valor total de R\$ 2.512.313, acrescidos de encargos legais, conforme detalhamento a seguir:		

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805	239.805
Conta Judicial 00031860.6 - CSLL	378.371	378.371
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	2.512.313	2.512.313
Saldo atualizado em garantia	1.237.054	1.237.054
Saldo Atualizado	3.799.371	3.463.977

12. **Investimentos:** 12.1. **Investimentos - Participação Societária:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui participações em empresas controladas ou coligadas do setor público estadual, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Quant. de ações	31/12/2025	31/12/2024
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.990	315	315
CPSEC (ações ordinárias)	590	59.000	59.000
Total de Investimentos	20.990	80.538	80.538

12.2. **Fundos de Investimento em Garantia - Garantias Constituídas:** Em conformidade com as disposições estatutárias, que autorizam a Companhia a prestar garantias reais e fiduciárias, apresenta-se a seguir o demonstrativo das garantias constituídas até 31 de dezembro de 2025:

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP ou outras operações	Referência 31/12/2024	Saldo Inicial em 31/12/2024	Novas garantias empenhadas/ (liberadas)	Benefício	IR fonte	Saldo final em 31/12/2025
Fundo CPP Projetos:	12.2.1	504.788.433	-	71.453.625 (10.351.388)	565.890.660	
PPP Linha 6	12.2.2	77.281.376	-	10.425.082 (5.636.409)	82.070.049	
Contrato Hospital São José dos Campos	12.2.3	46.077.615	-	6.065.221 (4.643.990)	47.498.846	
Contrato Hospital Sorocaba	12.2.4	56.313.431	-	7.412.566 (5.625.621)	58.050.376	
Byington	12.2.5	65.688.686	-	8.582.690 (7.137.951)	67.133.425	
PPP da RIMS - ônibus + VLT	12.2.6	26.850.984	-	3.800.801 (550.677)	30.101.168	
Contrato Rodaneal (Norte)	12.2.7	412.124.967	-	58.536.961 (8.451.203)	462.010.725	
Contrato Litoral Paulista	12.2.8	-	193.909.751	-	193.909.751	
Fundo BB RF CPP LP FIC	1.189.125.492	193.909.751	187.648.239	(46.318.010)	1.524.365.472	

12.3. **Fundo BB RF CPP LP FIC** - Contrato BNDES - 11.539.040 - 11.539.040 (1.647.102) - 89.851.892
Total de recursos vinculados: 1.269.085.442 | 193.909.751 | 199.187.283 (47.965.112) | 1.614.217.365
O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243.0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem utilizados para a execução dos projetos de concessão de Parcerias Público-Privadas (PPP) no âmbito do Estado de São Paulo. O valor das garantias no referido fundo encontra-se registrado no ativo da companhia, em conta específica, evidenciando que os recursos estão segregados e destinados exclusivamente ao atendimento das obrigações dos contratos de PPP e demais operações. 12.2.1. **Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP** - Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo, do Contrato de Concessão Patrocinada Nº 015/2013 de dezembro de 2013. 12.2.2. **Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo de São Paulo**, assinou contrato de Concessão Patrocinada com a Rodaneal Norte SPE S.A., para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodaneal do Lote Rodaneal Norte. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de interveniente - Garantidora, assinou garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente. 12.2.8. Em 07 de outubro de 2024 o Estado de São Paulo, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a

continua*





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanco Patrimonial

*continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCEIRAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, para executar serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração da malha rodoviária composta pelo Sistema Rodoviário do Litoral Paulista. Em março de 2025 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interventor - Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente. 12.2.9. O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LF Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), leva a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos. 12.3. Garantias Constituídas Sobre Outras Modalidades: 12.3.1. PPP dos Trens da CPTM: Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM. A CPP assumiu a condição deadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças. Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de R\$ 60 milhões (na data-base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento nº 03 do Contrato de Concessão, que transferiu a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 - Coral da CPTM. 12.3.2. Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar aquelas descritas no item 12.2 supra: A Companhia compromete-se a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese de persistência da inadimplência do Poder Concedente no contrato da Linha 6, em montante equivalente a até 2 (duas) contraprestações pecuniárias mensais.

13. Imobilizado: A movimentação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, está apresentada no quadro a seguir, discriminando os valores de custo de aquisição, depreciação acumulada e saldo líquido:

Tabela 11 - Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2024			Saldo em 31/12/2025		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Custo						
Móveis e Utensílios	15.903	67.937	-	-	-	83.840
Equipamentos de Informática	3.349	46.185	-	-	-	49.534
Máquinas e Equipamentos	7.340	1.298	-	-	-	8.638
Total Custo de Aquisição	26.592	115.420	-	-	-	142.012
Depreciação Acumulada						
Móveis e Utensílios	(1.723)	109 (3.152)	-	-	-	(4.984)
Equipamentos de Informática	(3.058)	505 (5.893)	-	-	-	(9.456)
Máquinas e Equipamentos	(1.522)	53 (731)	-	-	-	(2.308)
Total Depreciação Acumulada	(6.303)	667 (9.776)	-	-	-	(15.412)
Líquido	20.289	116.087 (9.776)	-	-	-	126.600

No período, foram realizadas adições ao imobilizado no montante de R\$ 67.937, referentes à aquisição de móveis e utensílios, voltados à melhoria das condições operacionais de R\$ 15.903 relativos à aquisição de equipamentos de informática destinados à modernização da infraestrutura tecnológica da Companhia. No período, foi reconhecida despesa de depreciação no montante de R\$ 9.776, calculada com base nas taxas aplicáveis e nas vidas úteis estimadas dos respectivos bens. O saldo líquido do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 126.600, em comparação aos R\$ 20.289 registrados em 31 de dezembro de 2024.

14. Intangível: A movimentação dos ativos intangíveis da Companhia, entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, está apresentada no quadro a seguir, discriminando os valores de custo de aquisição, amortização acumulada e saldo líquido:

Tabela 12 - Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2024			Saldo em 31/12/2025		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Custo						
Software	-	48.200	-	-	-	48.200
Total Custo de Aquisição	-	48.200	-	-	-	48.200
Amortização Acumulada						
Amortização Software	-	(4.754)	-	-	-	(4.754)
Total Amortização Acumulada	-	(4.754)	-	-	-	(4.754)
Líquido	-	43.446	-	-	-	43.446

15. Fornecedores: O saldo de fornecedores totalizou R\$ 4.948.408 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.306.399 em 31 de dezembro de 2024), representando obrigações decorrentes da contratação de serviços necessários às atividades operacionais da Companhia. O aumento observado no saldo de fornecedores decorre, primordialmente, do volume de entregas de produtos realizadas pelos fornecedores no último mês do exercício. Dado o prazo médio de pagamento de 30 dias estabelecido contratualmente, a liquidação financeira dessas obrigações ocorrerá integralmente no início exercicio subsequente.

16. Obrigações Tributárias: As obrigações tributárias totalizaram R\$ 4.276.052 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.727.349 em 31 de dezembro de 2024). Esse aumento decorre principalmente do aumento de tributos incidentes sobre receitas operacionais do período, ainda não recolhidas. A seguir, a composição detalhada das obrigações tributárias por tipo de tributo:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em	Adições	Baixas
PIB a recolher	239	289	451	421	451	421
COFINS a recolher	1.816.317	2.259.170	1.791	1.816.317	2.259.170	1.791
IRRF/PIB/COFINS/CSLL a recolher	791	336	531.570	1.016.369	336	791
ISS a recolher	-	-	-	-	-	-
IRPJ a Pagar	-	-	-	-	-	-
CSLL a Pagar	-	-	-	-	-	-
Total	2.056.927	2.548.795	1.573.937	3.254.107	3.727.349	3.193.032

17. Juros sobre o Capital Próprio a Pagar: O saldo de Juros sobre o Capital Próprio (LCP) a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 146.139.453. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGE) realizada em 28 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 178.472.070, conforme segue: • **Reserva Legal:** Constituição de R\$ 8.937.103 (5% do lucro líquido); • **Dividendos em Espécie:** Distribuição adicional de R\$ 34.112.347, referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2024; • **Juros sobre Capital Próprio (LCP):** Distribuição de R\$ 135.692.620, correspondente ao lucro líquido de 2024 a título de dividendos obrigatórios e R\$ 93.241.378 como dividendos adicionais, ambos imputados ao LCP. O saldo de LCP a pagar, que constava no passivo em 31 de dezembro de 2024, foi integralmente liquidado em maio de 2025, após a referida homologação em assembleia. O pagamento foi efetuado em maio de 2025, conforme demonstra a movimentação abaixo:

Tabela 13 - Juros sobre Capital Próprio

Descrição	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2025	
	Valor	Saldo em	Valor	Saldo em
JCP exercicio/AGE 28/04/2025	135.692.620	135.692.620	135.692.620	135.692.620
Obrigações constituídas no período	146.139.453	146.139.453	146.139.453	146.139.453
Saldo em 31 de dezembro de 2025	281.832.073	281.832.073	281.832.073	281.832.073

18. Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 2.033.489.565, enquanto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.993.027.973 em 31 de dezembro de 2024, composto pelas seguintes rubricas: 18.1. **Capital Social, Partes de Participação e Capital Autorizado:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 1.539.619.815, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.539.619.815 ações ordinárias nominativas, todas de titularidade do Estado de São Paulo, seu único acionista. O Estatuto Social previa capital autorizado no montante de R\$ 2.263.840.482, valor que foi ampliado para R\$ 5.560.483.250, conforme deliberação do acionista controlador no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2025. A alteração estatutária tem por objetivo assegurar a continuidade e possibilitar a expansão dos projetos conduzidos pela Companhia. 18.2. **Reserva Legal:** Constituída pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme estabelece o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Reserva Legal atingiu o montante de R\$ 129.115.473 em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 119.070.803 em 31 de dezembro de 2024. O crescimento de R\$ 11.035.670 no exercício de 2025 corresponde à destinação obrigatória de parte do lucro líquido apurado no período, respeitando o limite legal de 20% do capital social integralizado. 18.3. **Reserva de Lucro a Realizar:** As reservas de lucro são formadas conforme deliberação do acionista, nos termos do §4º do artigo 192 da Lei nº 6.404/76, e, desde 21 de março de 2019, têm destinação prioritária à cobertura de obrigações vinculadas a contratos de PPP. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2014 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberado, em razão disso, a manutenção da reserva de lucro existente, até ulterior deliberação. Em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ 301.216.009, correspondentes à Reserva de Lucros a Realizar, sem alterações em relação a 31 de dezembro de 2024. 18.4. **Lucros Acumulados:** Em 31 de dezembro de 2025, o lucro acumulado do período apresenta o saldo de R\$653.529.269.

19. Receita Operacional Líquida: As receitas operacionais da Companhia decorrem dos contratos SPI 001/2022, SPI 009/2023, SPI 025/2024 e SPI 07/2025, cujas obrigações são reconhecidas em ponto no tempo, ou seja, após a aceitação formal dos produtos contratados. Além dessas, a Companhia também avia receitas operacionais decorrentes da prestação de garantias nos contratos de concessão. Até 31 de dezembro de 2025, as receitas de prestação de serviços e demais receitas contratuais, conciliadas com a demonstração do resultado do período, e devidas dos tributos incidentes (PIB, COFINS e ISS), totalizaram R\$ 83.424.460, ante R\$ 21.610.201 acumulados até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 14 - Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida	Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Valor	Saldo em	Valor	Saldo em
Receita Bruta de Venda de Serviços	97.288.063	25.201.250	97.288.063	25.201.250
ISS	(4.864.403)	(1.260.062)	(4.864.403)	(1.260.062)
PIB	(1.605.295)	(115.798)	(1.605.295)	(115.798)
COFINS	(7.393.937)	(1.915.189)	(7.393.937)	(1.915.189)
(-) tributos sobre as receitas de serviços (PIB, Cofins e ISS)	(13.863.835)	(3.591.049)	(13.863.835)	(3.591.049)
Receita Líquida de Serviços	83.424.460	21.610.201	83.424.460	21.610.201

19.1. **Custos dos Serviços Prestados:** Os custos dos serviços prestados refletem os valores incorridos na execução dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023 e SPI 025/2024, em conformidade com os critérios de alocação descritos na Nota 9. No período acumulado até 31 de dezembro de 2025, os custos totais registrados totalizaram R\$ 81.630.706, ante R\$ 19.460.926 acumulados até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 15 - Custos dos Serviços Prestados

Descrição	Execução Contratual		Execução Contratual	
	acumulado em 2025	acumulado em 2024	acumulado em 2025	acumulado em 2024
Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	74.174.245	15.785.534	74.174.245	15.785.534
Ressarcimento dos Produtos Executados	7.456.461	3.675.532	7.456.461	3.675.532
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	81.530.706	19.460.926	81.530.706	19.460.926

Tais custos representam os dispêndios diretamente atribuíveis às atividades executadas no período, incluindo a remuneração de pessoal próprio alocado, bem como a contratação de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação e desenvolvimento de projetos. 20. **Honorários de Administradores e Salários:** As despesas com pessoal, incluindo salários, encargos e honorários da administração, totalizaram R\$ 3.585.775 no período acumulado até 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 3.570.902 acumulados até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 16 - Honorários e Salários

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
Pessoal-Chave da Administração				
Honorários de diretoria	1.058.231	625.270	1.058.231	625.270
Bônus prêmio eventual - diretoria	592.361	1.156.202	592.361	1.156.202
Honorários de conselho de administração	971.210	664.001	971.210	664.001
Encargos sociais proporcionais	701.733	686.080	701.733	686.080
Honorários do Pessoal-Chave da Administração	3.323.535	3.131.533	3.323.535	3.131.533
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	512.393	434.398	512.393	434.398
Empregados celetistas e encargos sociais	7.611.769	6.035.639	7.611.769	6.035.639
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	717.742	521.549	717.742	521.549
Demais rubricas de despesas com pessoal	8.841.894	6.991.173	8.841.894	6.991.173
Despesas com Contratos - Serv. Andamento	(8.578.551)	(6.552.404)	(8.578.551)	(6.552.404)
Total de Honorários de administradores e salários	3.585.775	3.570.902	3.585.775	3.570.902

Os valores incluem remunerações de pessoal próprio, benefícios e encargos sociais, bem como os honorários dos membros da administração. Parcela desses dispêndios é alocada aos "Gastos com Contratos - Serviços em Andamento", de acordo com os critérios de rateio e vinculação direta aos projetos, sendo apropriada ao resultado em custo quando do faturamento dos respectivos serviços.

21. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.237.232 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contra R\$ 171.714 no mesmo período de 2024, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 17 - Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
Publicações legais	309.139	207.250	309.139	207.250
Serviços de advocacia	381.498	274.401	381.498	274.401
Demais despesas gerais e administrativas	546.607	269.503	546.607	269.503
Total	1.237.232	751.714	1,237,232	751,714

• **Publicações legais:** correspondem às despesas com divulgações obrigatórias de atos societários e informações exigidas por lei. • **Serviços de terceiros:** incluem serviços contábeis, auditoria e consultorias técnicas especializadas. • **Demais despesas gerais e administrativas:** abrangem gastos com seguros, licenças de software, viagens, materiais de consumo e serviços auxiliares. As variações observadas refletem o ritmo da execução orçamentária e a execução dos contratos da Companhia, alinhadas ao planejamento institucional para o exercício. 22. **Despesas Tributárias:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas tributárias totalizaram R\$ 33.279, comparativamente a R\$ 17.790 no exercício de 2024, conforme detalhado a seguir:

Tabela 18 - Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
Demais Impostos, Taxas e Contribuições	33.279	17.790	33.279	17.790
Total	33.279	17.790	33,279	17,790

O aumento verificado em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, da elevação das despesas classificadas como "Demais Impostos, Taxas e Contribuições", que apresentaram maior volume de incidências em 2025 quando comparado a 2024. No exercício anterior, tais despesas foram substancialmente inferiores, o que explica a variação observada no período.

23. **Resultado Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de R\$ 263.340.872, em comparação a R\$ 203.466.828 no exercício de 2024. A composição está demonstrada a seguir:

Tabela 19 - Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
Rendimentos de aplicações financeiras	276.209.043	213.425.106	276,209,043	213,425,106
Outras receitas financeiras	276.209.043	213.425.106	276.209.043	213.425.106
Total de receitas financeiras	276.209.043	213.425.106	276,209,043	213,425,106
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	8.247	4.910	8.247	4.910
Outras despesas financeiras	(47.585)	(41.009)	(47.585)	(41.009)
Impostos e Contribuições Receita Financeira (PIB e COFINS)	(12.828.833)	(9.922.180)	(12,828,833)	(9,922,180)
Total de despesas financeiras	(12.828.833)	(9.922.180)	(12,828,833)	(9,922,180)
Resultado financeiro líquido	263.340.872	203.466.828	263,340,872	203,466,828

O aumento de 29,43% no resultado financeiro líquido em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, da elevação dos rendimentos de aplicações financeiras, influenciadas pela maior taxa básica de juros (Selic) vigente no período, bem como do reconhecimento de outras receitas financeiras no período.

24. **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** A apuração do imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no período acumulado até 31 de dezembro de 2025 foi realizada com base no lucro contábil ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado fiscal, bem como a base de cálculo e os valores apurados, comparativamente ao mesmo período de 2024.

Tabela 20 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Resultados em 31/12/2025			Resultados em 31/12/2024		
	Saldo	IRPJ	CSLL	Saldo	IRPJ	CSLL
Fatos Geradores						
Adições do IRPJ e CSLL	259.682.232	-	201.273.290	259.682.232	-	201.273.290
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Prejuízo Fiscal	1.454.445					



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanco Patrimonial

★ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Declaração de Conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, além das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e demais normas aplicáveis, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e nos regulamentos correlatos. A elaboração destas demonstrações também observa as disposições legais e regulamentares do Estado de São Paulo, incluindo, quando aplicável, as determinações da Lei Estadual nº 11.688/2004, que disciplina, entre outros aspectos, a atuação da Companhia Paulista de Parcerias - CPP na estruturação de projetos e garantias no âmbito das Parcerias Público-Privadas e demais iniciativas do Estado de São Paulo. A Administração da Companhia declara que: • As demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia para o período apresentado; • Todas as informações relevantes e necessárias à adequada interpretação das demonstrações contábeis foram devidamente evidenciadas; • As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de forma diversa nas notas explicativas; • A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade exclusiva da Administração, que adotou procedimentos e controles internos necessários para assegurar a fidedignidade e a integridade das informações; • Os demonstrativos foram submetidos à auditoria independente, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujos relatórios acompanham estas demonstrações.

Diretoria		
Edgard Benozatti Neto Diretor-Presidente	Augusto Almudin Diretor de Assuntos Corporativos	David Polessi de Moraes Diretor Econômico-Financeiro
Contador		
Renato Vieira Pita - CRC 1SP215876/O-8/SP		
Conselho de Administração		
Arthur Luis Pinho de Lima Presidente do Conselho de Administração	Edgard Benozatti Neto Conselheiro	Guilherme Afif Domingos Conselheiro
Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio Conselheiro	Fraide Barreto Sales Conselheiro	Laercio Paulino Simões Conselheiro
Parecer do Conselho Fiscal		

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício.

A Administração, em observância ao disposto nos artigos 192 e 193 da Lei nº 6.404/1976 e no Estatuto Social da Companhia, apresentou proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no montante de R\$ 220.713.392,34 (duzentos e vinte milhões, setecentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos), contemplando:
• **Constituição de Reserva Legal**, nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$ 11.035.669,62 (onze milhões, trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos);
• **Constituição de Reserva Estatutária**, nos termos do Artigo 194 da Lei nº 6.404/1976, referente ao rendimento líquido de tributos dos ativos vinculados às garantias de PPP, no montante de R\$ 120.380.416,51 (cento e vinte milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e dezesseis reais e

cinquenta e um centavos).
No âmbito dessa proposta, foi apresentada distribuição ao estado de São Paulo, acionista único, no montante de R\$ 146.139.452,60 (cento e quarenta e seis milhões, cento e trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), suportada pelo lucro líquido do exercício e por reservas de lucros existentes no patrimônio líquido, a ser submetida à apreciação do Conselho de administração prevista para 24 de março de 2026, composta pelas seguintes parcelas:
I - **Imputação aos Dividendos Obrigatórios:** R\$ 52.419.430,68 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil quatrocentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) em cumprimento ao dividendo mínimo obrigatório de 25% nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 e Artigo 39 do Estatuto Social;
II - **Imputação ao Lucro Líquido Disponível do Exercício:** R\$ 36.877.875,54 (trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), referente à parcela remanescente do lucro do exercício de 2025.
III - **JCP suportado por Reserva de Lucros a Realizar:** R\$ 56.842.146,38 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil cento e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), referente ao saldo remanescente de JCP provisionado no exercício.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela AudiLink & Cia. Auditores, datado de 13 de março de 2026, o qual expressa opinião sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, este Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e da proposta de destinação do resultado do exercício, recomendando seu encaminhamento ao Conselho de Administração para apreciação e posterior submissão à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação do acionista único, do Estado de São Paulo. É o Parecer.

São Paulo, 19 de março de 2026
Conselho Fiscal
Companhia Paulista de Parcerias - CPP
André Isper Rodrigues Barnabé
Cecília Mantovan
Daniel Antonio Narzetti
João Henrique Martins
Juliana Velho

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2025

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpri-mos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Gestão de Contas sob Administração CPP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia foi contratada, em 13 de agosto de 2025, para operacionalizar a movimentação de recursos decorrentes de mutações de trânsito (Artigo 209-A do CTB) no âmbito do Sistema Free Flow, atuando como coordenadora operacional dos fluxos vinculados a essa operação, nos estritos limites contratuais. Em dezembro de 2025, esses contratos importavam a quantia de R\$ 343.536 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém ressalva em relação a este assunto.

Contingências Fiscais

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia é parte em ação judicial de natureza tributária decorrente da cobrança de créditos tributários relacionados à compensação não homologada de saldo negativo de IRPJ referente ao ano-calendário de 2009. O valor registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2025, atualizado até a data do encerramento do exercício, totaliza R\$ 3.799 mil. De acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos externos, o valor estimado em discussão no referido processo é de aproximadamente R\$ 3.768 mil, dos quais R\$ 948 mil foram classificados como perda provável, estando devidamente reconhecidos nas

demonstrações contábeis, enquanto o montante remanescente foi classificado como perda possível, sendo divulgado em nota explicativa. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de fevereiro de 2025, sem modificação na opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026



AudiLink
Auditores & Consultores
AudiLink Auditores Ltda.
CRC 2RS003688/O-2/T SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC 1RS040078/O-7 T SP



Secretaria de
Parcerias em Investimentos



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

